



Índice

- 01** Secretaria permite ocupação no Museu do Índio, no Rio, até terça-feira
- 02** Índios denunciam infiltrados na Aldeia Maracanã
- 03** Dono de fazenda ocupada por índios em MS diz que reserva custará R\$ 225 milhões
- 04** Pronunciamento do deputado Sarney Filho sobre invasão das terras dos índios Awá
05/08/2013
- 05** Índios invadem fazenda e atropelam moradores em Iguatemi
- 06** BA – Índios Tupinambá ocupam Câmara de Vereadores de Ilhéus
- 07** Índios em Sidrolândia temem que União não cumpra promessa e estudam plano B
- 08** MPF investiga arrendamento de terras da União
- 09** Dourados sedia evento nacional sobre questão indígena
- 10** Rede de Saberes promove Oficinas para a formação de acadêmicos indígenas

Secretaria permite ocupação no Museu do Índio, no Rio, até terça-feira

SÍTIO UOL, 05.08.2013



Grupo voltou a ocupar área o antigo prédio do Museu do Índio, que fica no complexo esportivo do Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro

A secretária estadual de Cultura do Ri de Janeiro, Adriana Rattes, autorizou manifestantes que ocuparam o Museu do Índio na tarde desta segunda-feira (5) a permanecer no prédio até esta terça-feira (6), quando haverá uma reunião para discutir quem vai gerir o imóvel.

Um grupo de índios e simpatizantes invadiu e ocupou novamente o antigo Museu do Índio, nas imediações do estádio do Maracanã, na zona norte do Rio. Segundo a PM, oito pessoas (quatro índios e quatro apoiadores da causa) chegaram ao local, que estava vazio e sem policiamento, e se instalaram ali. O grupo quer que os índios sejam autorizados pelo governo do Estado a morar no imóvel, chamado de Aldeia Maracanã pelos manifestantes.

A PM foi acionada e chegou a cercar o prédio e negociar a saída dos invasores, mas a secretária ordenou que a PM se retirasse e se reuniu com os ativistas no local.

Segundo o projeto inicial do complexo esportivo do Maracanã, o prédio seria derrubado para dar lugar a um estacionamento. Com as primeiras manifestações, o governo do Estado decidiu manter e reformar o imóvel para transformá-lo em museu olímpico. Como as críticas continuaram, o governo decidiu adaptá-lo para funcionar como um centro cultural indígena. A secretária avisou ontem aos invasores que a hipótese de o prédio servir como moradia está descartada.

O governo pretende que a administração do centro indígena seja atribuída a alguma instituição pública ou entidade, mas os índios defendem que algumas etnias fiquem responsáveis pelo local. O encontro desta terça vai reunir Adriana Rattes, outros representantes do governo estadual e líderes de 18 etnias indígenas.

Em outubro de 2012 o governo do Estado anunciou a intenção de demolir o antigo Museu do Índio, que estava ocupado por um grupo de indígenas. Eles se recusaram a sair e foram retirados em março deste ano, em uma operação truculenta em que a PM foi muito criticada. Depois disso houve várias tentativas de reocupação do prédio. (Com Estadão Conteúdo)



Índios denunciam infiltrados na Aldeia Maracanã

SÍTIO O DIA RIO, 05.08.2013

'Eles são aproveitadores', diz integrante da tribo

Alessandro Lo-Bianco

Rio - Índios de 10 etnias que fazem parte do movimento Aldeia Resiste dizem não serem representados por Afonso Apurinã e Carlos Tucano. De acordo com os índios, eles foram escolhidos pelo governador Sérgio Cabral para realizar as negociações.

"Queremos dizer que esses dois rapazes não estavam ativamente conosco durante a luta na aldeia. Eram duas pessoas que traziam meninas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) para manter relações sexuais dentro da aldeia, pagavam cervejas para estudantes virem beber no nosso território e incentivavam o consumo de drogas dentro da Aldeia Maracanã. Portanto, eles não nos representam", disse Nhandu.

Nhandu também acrescenta que qualquer tipo de acordo feito entre Cabral e os suspeitos não é reconhecido por eles, por mais que seja para a reintegração de posse da aldeia. "Eles são aproveitadores, aceitam tudo que o estado determina, colaboraram para denegrir com mulheres e drogas a aldeia e não estavam conosco apanhando nas ruas. Queremos deixar claro para a sociedade que se o Cabral está cedendo é devido à pressão popular e não negociações feitas com esses dois tratantes", esclarece.

Cerca de 40 pessoas, entre índios e estudantes ocuparam por volta das 17h o prédio do Museu do Índio, nesta segunda-feira. O coronel Santana, do 4º BPM (São Cristóvão), está no local tentando negociar com o grupo. Cerca de nove viaturas da PM estão fazendo a escolta da aldeia. Do lado de fora, vários índios fazem rituais contra Sérgio Cabral e como forma de protesto contra a falta de projeto para que os índios voltem a morar no Museu do Índio.

O grupo ocupou o prédio após reunião, realizada às 17h desta segunda, não ter saído de acordo com o que os indígenas queriam. "O encontro tinha a finalidade de debatermos com o governo sobre a gestão do Museu do Índio após a reintegração. O que nós queríamos era que o museu fosse administrado única e exclusivamente pelos índios. Só que não é isso que o governo apresentou como proposta. O governo alega que vai devolver o espaço aos índios, mas que o espaço continuará sendo administrado pelo estado. Por isso resolvemos resistir novamente", disse Carla Suhett, de 48 anos, que acompanha a resistência dos índios desde o início.

Mais cedo, Cabral divulgou em seu Twitter que a Escola Municipal Friedenreich, no Complexo do Maracanã, não será demolida. "Permanece onde está", disse.



Dono de fazenda ocupada por índios em MS diz que reserva custará R\$ 225 milhões
SÍTIO MIDIAMAX, 05.08.2013

Fernanda Kintschner e Pio Redondo

O proprietário da Fazenda Buriti, Ricardo Bacha, afirmou ao Midiamax que só é possível comprar os 15 mil hectares reivindicados por indígenas da etnia Terena desde maio deste ano, por R\$ 225 milhões e em dinheiro. As propriedades em questão ficam entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, a cerca 60 quilômetros de Campo Grande.

Bacha contesta a especulação feita de que as terras valeriam em torno de R\$ 150 milhões. "O preço médio de terras agricultáveis como a minha, na região de Sidrolândia, é de R\$ 15 mil o hectare", disse.

Na verdade, não há levantamento isento, ou uma auditoria independente, que defina o valor real das terras, nem sobre como cada uma das propriedades foi obtida, para que o preço real prevaleça diante das especulações. Cada parte do conflito apresenta a própria precificação. Este também é o caso de Bacha.

Segundo o proprietário, outra condição para a venda é de que todas as outras fazendas envolvidas em conflito na região também sejam compradas, as que estiverem a venda. "São 31 fazendas e só quatro não estão com ocupações indígenas - a São Sebastião, Furnas da Estrela, Água Clara e Vassoura", afirmou.

O fazendeiro também definiu que para fechar negócio com a União, caso a compra seja efetivada para dar fim aos conflitos com os indígenas, não há a possibilidade de aceitar uma terra diferente em localização e qualidade das atuais.

"Arrendamento também nem pensar", destacou Bacha. A solução era esperada para esta segunda-feira (5), em reunião marcada pelo Ministério da Justiça, mas que foi adiada para o dia 7 deste mês em Brasília e que ainda nenhum produtor tinha sido convidado oficialmente.

"É um absurdo e um desrespeito não terem vindo fazer reunião aqui. Em Brasília muitos não poderão ir. Eu mesmo não fui convocado por ninguém até agora, nem entidade, nem Governo, nem nada. E não vou a lugar nenhum sem ser convidado", concluiu Bacha o dono da principal terra em conflito no Estado.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) em Campo Grande confirmou a reunião e a participação hoje pela manhã ao Midiamax e disse ainda que o Ministério da Justiça que ficou de informar todas as partes da mudança de data e local.

Os índios Terena pleiteiam os 15 mil hectares para ampliar a Aldeia Buriti, hoje com dois mil hectares. De acordo com o advogado dos proprietários, Newley Amarilla, a compra da fazenda de Bacha não ampliará de fato a Aldeia, pois fisicamente entre os dois mil hectares já demarcados e os 15 mil a serem resolvidos, há outras terras, também em conflito.



**Pronunciamento do deputado Sarney Filho sobre invasão das terras dos índios Awá
05/08/2013**

SÍTIO SARNEY FILHO, 05.08.2013

Senhor Presidente,

Senhora e senhores Deputados,

Nós, da bancada do Partido Verde, retomamos os trabalhos neste 2º semestre sob enorme expectativa em relação às matérias que deverão ser pautadas como prioritárias.

Acreditamos e esperamos que a Casa priorize matérias que representem a vontade da população, que saiu às ruas para exigir dos poderes constituídos que seus pleitos sejam acatados e colocados em prática.

Neste contexto, apostamos que nos próximos meses o Congresso terá a obrigação de enfrentar temas, que até então estavam sendo protelados, a exemplo da reforma política eleitoral, distribuição dos royalties do petróleo para educação e saúde, PEC do orçamento impositivo, modelos de combate à corrupção, fim do voto secreto, taxaço das grandes fortunas, valorização do salário mínimo, entre outros.

Já no campo ambiental, lutaremos para que os retrocessos ambientais, que foram materializados por ocasião da aprovação do novo Código Florestal, não se repitam no momento da apreciação do novo Código Mineral.

Nossa esperança é que a mobilização da população brasileira, que levou para as ruas nossas principais bandeiras, lance um pouco de luz aos nossos pares, de modo que se prevaleça o bom senso, o bem estar comum da população e a efetiva proteção do meio ambiente, no momento em que estiver em pauta matérias como a PEC 215, que pode acabar com Terras Indígenas já demarcadas e impedir que novas sejam criadas; e como o Projeto de Lei ° 7.123 de 2010, que reabre a Estrada do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, colocando em risco a integridade do Parque, hoje, Patrimônio Natural da Humanidade.

Também deve ser priorizado o nosso compromisso de lutar pelos direitos dos povos indígenas; por novos modelos energéticos que privilegiem fontes limpas em detrimento da energia nuclear; de lutar contra os transgênicos; contra o aumento das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa; por um transporte público de excelência não poluente e confortável; enfim, reafirmamos que não abriremos mão da possibilidade de fazer, lutar, escolher, decidir e projetar para tornar reais os sonhos e esperanças de milhões de cidadãos brasileiros.

Nesse sentido o jornal O Globo iniciou ontem, dia 4 de agosto, uma série de reportagens tratando da invasão das terras dos índios Awá Guajá, no meu estado, o Maranhão. As

CONT.



reportagens, assinadas pela jornalista Miriam Leitão, com fotografias de Sebastião Salgado, revelam a existência de um Brasil em que pistoleiros armados enfrentam as forças policiais do Estado e as fazem recuar.

A invasão das terras dos índios Awá se dá por fazendeiros, pecuaristas e madeireiras. E de forma tão abusiva que, parece, não há força do Estado capaz de enfrentar estes que afrontam a lei.

Realmente, o desmatamento em Áreas Protegidas (unidades de conservação e reservas indígenas) na Amazônia Legal está crescendo. Estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) indica "a perda de pelo menos 208 quilômetros quadrados de floresta entre agosto de 2012 e março de 2013; houve um aumento de aproximadamente 41% em relação ao desmatamento detectado entre agosto de 2011 e março de 2012, nas áreas protegidas.

Neste sentido, está claro que seria preciso uma ação saneadora na região que considerasse os direitos dos índios e garantisse a preservação das suas terras contra o retorno destes invasores. Sim, os fazendeiros e donos de madeireiras anunciaram à jornalista de O Globo que resistirão à qualquer tentativa de retirada – eles estão organizados e preparados para desobedecer a lei fazendo uso das armas. Conforme relato a O Globo, uma ação conjunta da Polícia Federal, Ibama, Forças de segurança Nacional e Funai - que resultou na apreensão de 17 caminhões de madeira e 35 presos - foi emboscada por pistoleiros (muito bem armados); os policiais foram obrigados a liberar os caminhões e soltar os detidos.

O caso dos Awá-Guajá é simbólico para o país. Estamos falando de cerca de 400 índios que mantém pouco contato com o homem branco e falam uma língua que lhes é própria; tanto que foram chamados de "índios invisíveis" pelos brancos. Suas terras, na floresta amazônica, estão cercadas por madeireiras – algumas insistem em invadir o lugar em busca de madeira nobre, ainda presente nas terras dos Awá-Guajá. E aí de quem questiona essa ilegalidade. São os pistoleiros, contratados como "seguranças" dos fazendeiros e das madeireiras, que impõem a "lei e a ordem" na região.

Os índios Awá tem uma extraordinária relação com a floresta. É uma relação de caráter familiar, social, espiritual, o que denuncia a fragilidade deles em lidar com outras visões de sociedade. Isso explica, em parte, essa tendência de se manterem à distância do homem branco. A relação com a floresta é tão visceral que cada pessoa que nasce, cada índio, tem nome de árvore dessa floresta.

Conforme relato de Miriam Leitão, os Awá são "seres florestais". "Sabem a dieta de cada animal; creem que há uma relação completa entre os animais e os outros seres das florestas". São nômades, andarilhos das florestas em grupos de até três famílias. Na verdade, eram nômades. Contados pela Funai, nos idos de 1979, esses índios tiveram que se acostumar com a noção de "aldeia", algo que não entendem muito bem.

Hoje, como no filme Avatar, a terra deles, a energia deles, sucumbe à sanha de quem só pensa no lucro. Caem as árvores pelas madeireiras e fazendeiros. Esta desaparecendo o lugar, a

CONT.



floresta, e os índios que têm nome de árvores dessa floresta. "Ficou claro que tudo que eles têm, para a vida e para vida depois da morte, é a floresta que restou", diz Miriam Leitão.

De nossa parte temos feito o possível para proteger os índios. Propomos e assumimos a relatoria de Comissão externa da Câmara que foi visitar os índios Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul; fizemos diversas audiências públicas sobre o tema indígena na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; estamos integrando o Grupo de Trabalho criado pelo presidente desta Casa para tratar da questão indígena, dirigida pelo nobre deputado Lincoln Portela; em 21 de março deste ano propomos por meio do Requerimento (RCT 20/13) uma CPI para apurar a venda de madeira oriunda de Terra Indígena (TI) em todo país.

No caso dos Awá-Guajá, em abril deste ano, encaminhamos ofício ao ministro da Justiça solicitando a homologação das suas terras, e ofício ao presidente do Ibama requerendo ações para conter a retirada ilegal de madeira – um dos focos da matéria de O Globo.

Senhoras e senhores deputados, o Partido Verde, que tem como princípio a defesa do ser humano e a proteção do meio ambiente, não poderia se calar diante de fatos como este. Os inimigos dos índios resolveram agir em diversas instâncias. Há uma estratégia que visa impedir a criação de novas Terras Indígenas (TIs), reduzir as existentes, permitir o arrendamento para ruralistas ou mineradoras; os índios são apresentados como obstáculos ao desenvolvimento, como se fossem seres primitivos e deslocados no tempo.

A violência se tornou comum. São mais de 500 indígenas mortos somente nos últimos 10 anos. Mato Grosso do Sul lidera a estatística funesta com 62% dessas ataques.

Lamentavelmente ações contra os índios acontecem no Executivo e nesta Casa.

Quanto ao Executivo, percebemos que há grupos de interesses criando dificuldades aos direitos indígenas. Foi este grupo que conseguiu impor uma novidade no processo administrativo: pareceres da Embrapa serão utilizados no processo de demarcação; agora além do parecer de antropólogo também é necessária a opinião de órgão ligado à agricultura para que se reconheça uma terra indígena! Trata-se de uma aberração técnica, criada pelos ruralistas, da qual nunca se fez uso na história desse país. Sintomaticamente a novidade foi anunciada nesta Casa pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hofmann. E está valendo. O Executivo decidiu bloquear a demarcação de Terras Indígenas, algumas Unidades da Federação por conta de pareceres da Embrapa (o Paraná é um dos casos).

Este grupo que se impõe dentro do Executivo conseguiu uma façanha: destituiu uma das mais brilhantes presidentes que a Funai já teve, a doutora Márcia Azevedo. Ela caiu exatamente porque fazia um bom trabalho em defesa dos índios. Isto é, caiu porque era competente.

No que se refere a esta Casa, identificamos pelo menos sete ações que anunciam um ataque aos direitos indígenas.

CONT.



1. PEC 215. Pede o fim da autonomia do Executivo na criação de Unidades de Conservação, na demarcação de terras indígenas e de quilombolas. Se aprovada, nunca mais serão criadas TI.
2. PEC 38. Similar à PEC 215, a PEC 38/99 pretende estabelecer como competência do Senado a demarcação de terras indígenas.
3. Mineração em Terra Indígena. O PL 1610/96, originário do Senado, estabelece normas para concessão de lavras minerais em Terras Indígenas.
4. Portaria 303 da Advocacia Geral da União. A AGU publicou a Portaria criando "salvaguardas institucionais" para Terras Indígenas. Na prática permite a instalação de bases militares em TIs, a abertura de estradas e serviços de telecomunicações sem ouvir os índios.
5. Portaria interministerial limita a participação da FUNAI no licenciamento. A Portaria 419 de 26/10/2011 limita as ações da Funai, Fundação Palmares, IPHAN e Ministério da Saúde, para manifestação desses órgãos junto ao Ibama no processo de licenciamento. Ela cria a possibilidade de aprovar empreendimentos que poderão causar danos irreversíveis ao meio ambiente e as comunidades indígenas.
6. PEC 237. Seu objetivo é regulamentar o arrendamento de TI para os produtores rurais.
7. PLP 227/12. Este Projeto de Lei Complementar estabelece procedimentos para demarcação de TI, incluindo a participação dos agricultores, dirigentes municipais e estaduais no Grupo de Trabalho que vai coordenar tais procedimentos.
8. CPI DA FUNAI. Proposta pelos ruralistas com o objetivo de enfraquecer a FUNAI e criar óbices à demarcação de terras indígenas, bem como promover a revisão das demarcadas.

Senhoras e senhores Deputados,

Como o PV tem denunciado insistentemente nestes últimos meses, tomou forma uma estratégia organizada de ataque aos direitos indígenas. Ela nos remete ao início da colonização brasileira, quando matar índios e tratá-los como "obstáculo ao desenvolvimento" era normal. Na época, a população indígena era estimada em 5 milhões e, por pouco, não foi totalmente dizimada. Mas eles sobreviveram e hoje são cerca de 900 mil, distribuídos em 305 etnias.

A reportagem de O Globo mostra, infelizmente, que a questão indígena, em alguns casos, se resolve com a presença do Estado. Mas de forma rigorosa – impondo a lei e punindo os que agem contra ela. No caso dos Awá-Gujá, não pedimos mais que isso do Governo: que seja cumprida a lei, inclusive, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina a demarcação e a desintrusão da área. E urgentemente: se demora mais um pouco não sobram árvores nem índios para contar a maravilhosa história de vida deles. Somente nos restarão as fotos e relatos de um povo que, como no filme Avatar, tinham tão profunda relação com a floresta e os seres que nela habitam.

Obrigado.



Índios invadem fazenda e atropelam moradores em Iguatemi

SÍTIO A GAZETA NEWS, 05.08.2013

Vilson Nascimento

Um grupo de indígenas armados com pedaços de madeira e facões invadiu uma propriedade rural e expulsaram o caseiro e a família, na tarde dessa segunda-feira, 5 de agosto, em Iguatemi, região Cone Sul do Estado, em Mato Grosso do Sul.

Segundo a proprietária da Fazenda Cambará, situada a cerca de 20 quilômetros da cidade, em Iguatemi, os índios teriam chegado à sede da fazenda por volta das 15h, cercado a sede da propriedade rural e, agindo com ameaças e pressão psicológica, obrigando o caseiro, sua esposa e dois filhos menores a deixar a casa com a roupa do corpo.

Segundo a dona da fazenda, os indígenas ainda teriam ameaçado depredar o carro do funcionário, mas acabaram desistindo após o caseiro implorar por várias vezes, dizendo que o carro era seu bem particular e não tinha nada a ver com a fazenda.

A produtora rural, que reside em Amambai, atua no ramo de pecuária e há dois anos vem acumulando prejuízos com a questão indígena, desde que um grupo invadiu a própria Fazenda Cambará e permanece ocupando parte da propriedade procurou a Delegacia de Polícia Civil de Amambai no início na noite dessa segunda-feira e registrou um Boletim de Ocorrência relatando a invasão.

Antes de registrar o BO, a produtora rural procurou policiais federais e a membros da Força Nacional de Segurança, mas, segundo ela, as duas forças, que na região Cone Sul de Mato Grosso do Sul, por determinação do Governo Federal, tem a incumbência de proteger autores de crimes de invasão de terras privadas, teriam relatado, em primeiro momento, que somente nesta terça-feira, dia 6 poderiam adotar alguma iniciativa em relação à questão.

O posicionamento foi revisto e ainda na noite dessa segunda-feira, uma equipe da PF acabou se deslocando até a propriedade. Segundo a comissão de assuntos fundiários da Famasul (Federação da Agrucultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), ao visitar a propriedade a Polícia Federal teria constatado que os indígenas já haviam deixado a sede da fazenda.

Segundo a dona da fazenda, a preocupação eram em relação aos estragos que os invasores poderiam ter provocar na sede da propriedade.

"O caseiro foi obrigado a abandonar a própria casa e a sede da fazenda às pressas, deixando todos seus pertences para trás. O temor era que a sede da fazenda fosse saqueada ou até mesmo queimada, como já ocorreram em outras invasões dessa natureza aqui no Estado", disse a produtora rural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2013

Brasília, 06 de agosto de 2013.

Segundo ela, a ação dos indígenas, em invadir a sede da fazenda pode estar relacionada a uma decisão da Justiça prevista inicialmente para sair nessa segunda-feira, 5 de agosto, sobre a permanência ou não dos índios invasores na área que já ocupam dentro da propriedade rural.

A fazenda tem parte reivindicada pelos guarani-kaiowá sob alegação de se tratar de terra tradicional indígena.

Descaso espanta investimentos e provoca insegurança

O descaso do Governo Federal em buscar uma solução definitiva para a questão e a morosidade da Justiça no julgamento dos processos relacionados às invasões de terras privadas e legalmente documentadas, mas que acabam invadidas e, por determinação da própria Justiça, permanecem nas mãos dos invasores, tem espantado investimento e desestimulado a produção agropecuária, principal fonte da economia e geradora de empregos na região.

A falta de ações concretas por parte das autoridades competentes em resolver a questão também tem provocado insegurança e inclusive gerado conflitos com mortes no campo no Cone Sul do Estado em Mato Grosso do Sul.

Matéria atualizada às 22h50 dessa segunda-feira

Fonte: A Gazeta News

BA – Índios Tupinambá ocupam Câmara de Vereadores de Ilhéus
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2013

Revoltados com a morosidade do poder público em atender suas demandas, que vão desde a demarcação de terras ao descaso com a educação indígena, índios da tribo Tupinambá completaram o ato de protesto ocupando a câmara de vereadores de Ilhéus.

A situação está tensa no local.



Indígenas Tupinambás cercam Palácio Paranaguá (Foto: Danilo Matos/Ilhéus 24h)

Após bloquearem pela manhã a ponte Ilhéus-Pontal, índios Tupinambás partiram em direção ao palácio Paranaguá, e cercaram a sede da prefeitura em ato de protesto.

Eles pedem agilidade da justiça na demarcação de terras e a suspensão da ordem de reintegração de posse de uma área onde vivem dezenas de famílias indígenas.

Além disso, os índios reclamam que esperam desde janeiro uma audiência com o prefeito Jabes Ribeiro, e que até o momento ele se recusa a recebê-los.

Segundo o cacique Acauan de Santana, a prefeitura recebe verba específica para a educação indígena, mas mantém as escolas em situação extremamente precária e sem o transporte para as crianças.



Índios em Sidrolândia temem que União não cumpra promessa e estudam plano B
SÍTIO NOTICIDADE, 05.08.2013

O adiamento repentino da reunião do Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena que seria hoje pela manhã, preocupa os índios terenas da região de Sidrolândia, que interpretaram a falta de aviso como um sinal de que o governo federal pode não cumprir com as promessas feitas nos últimos dois meses em relação à compra de terras na região.

Segundo o coordenador do CTL (Centro Técnico de Logística) da Funai de Sidrolândia, Jorge Neves os índios terenas da aldeia Buriti farão uma reunião hoje às 17h para discutir um plano B caso o problema não seja resolvido na próxima reunião, prevista para quarta-feira. Jorge explica que os índios estão preocupados com a demora em resolver o problema e com as últimas propostas da União. "Eles falam em permuta de terras e nós sabemos que os fazendeiros querem vender não trocar apenas, isso deixa a gente com medo porque pode prejudicar a expansão da aldeia", afirma.

Já o deputado Pedro Kemp (PT), que faz parte do grupo afirma que, embora a reunião tenha sido desmarcada em cima da hora, o resultado será positivo. "Nossa expectativa, de cada um dos membros da comissão é que no próximo encontro possamos achar uma solução definitiva para o problema, o governo federal está disposto, mais do que nunca a resolvê-lo", afirma Kemp.

MS Notícias



MPF investiga arrendamento de terras da União

SÍTIO SUL NEWS, 05.08.2013

Historiador diz que prática contribui para redução de áreas indígenas

FABIANO ARRUDA

O Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS) investiga cerca de 30 pessoas, entre produtores rurais e índios, em dois processos relativos ao arrendamento de terras da União. As áreas ficam nos municípios de Dourados e Maracaju, segundo o procurador da república Marco Antônio Delfino. Para estudiosos, a prática tem relação histórica com a redução de áreas indígenas.

“Infelizmente é um processo que não é único, mas tem que ser combatido de forma permanente”, disse ao G1. Conforme ele, a área em Dourados tem cerca de 700 hectares, enquanto em Maracaju aproximadamente 150 hectares.

Segundo informações do MPF, o arrendamento ocorreu entre 1996 e 2008. As áreas eram arrendadas por produtores, que pagavam valores irrisórios a indígenas. À polícia, fazendeiros e índios chegaram a alegar “parcerias” na plantação de soja e milho, o que foi desmentido de acordo com inquérito policial. Em 2011, o MPF propôs à comunidade indígena um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Ficou comprovado que os produtores detinham todo o processo de produção e pagavam valores irrisórios como R\$ 100 por alqueire em alguns casos ou R\$ 2 mil por safra. Em outro caso, ainda conforme informações do MPF, foram pagos R\$ 3 mil ao ano por sete hectares de terra. As investigações apontaram que as práticas ocorreram com frequência em Dourados.

Terras indígenas pertencem à União e aos índios cabe uso exclusivo das áreas, conforme disposto no artigo 20 da Constituição Federal. O arrendamento é proibido em lei e configura crime, cabendo pena de detenção, que vai de um a cinco anos e multa.

PRÁTICA ANTIGA

Delfino afirma ao G1 que a prática de arrendamento de terras da União é um problema histórico. “A prática começa em 1960 pela antiga Fundação Nacional do Índio (Funai) e não havia proveito nenhum para os índios. Os chefes de postos [antigo Serviço de Proteção ao Índio – SPI] arrendavam terras kadiwéu para produtores rurais”, explica em referência à área no município de Bodoquena.

Conforme o procurador, foram registrados também casos na região Sul do Estado em que a prática chegou até a fase da colheita da produção. Mesmo com o aspecto histórico, segundo informações do MPF, não há processos relativos a arrendamento de terras da União em outras cidades, além dos investigados em Dourados e Maracaju.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2013

Brasília, 06 de agosto de 2013.

Delfino afirma que indígenas flagrados pelo MPF nas práticas ilegais foram responsabilizados. "O arrendamento só existe porque há uma pessoa que arrenda: a pessoa que sabe que aquela terra é da União e, mesmo assim, vai lá e tenta cooptar [índios]".

Para o historiador e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado, ao longo dos anos, o arrendamento praticado pelo antigo SPI foi uma forma de redução das áreas indígenas. Segundo ele, o processo faz com que índios não usufruam das terras e, posteriormente, fazendeiros acabavam conseguindo a titularidade das terras.



Dourados sedia evento nacional sobre questão indígena

SÍTIO JL NEWS, 05.08.2013

Da redação

Mato Grosso do Sul volta a ser destaque nacional em relação às questões indígenas. O assunto principal será a busca de soluções e melhorias para a saúde mental da população indígena brasileira, bem como questões ligadas aos Direitos Humanos.

A cidade de Dourados sedia nos dias 7 a 9 de agosto dois grandes eventos que prometem reunir 500 participantes, o I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena de Mato Grosso do Sul. A realização é do Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e 23 Conselhos Regionais), e a organização e execução a cargo do Conselho Regional de Psicologia 14ª Região MS.

“É uma honra poder realizar um evento de tamanha envergadura, porém, é também, nossa obrigação visto que Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena e a região com maior densidade demográfica de índios do País. Por isso, acreditamos que trazer o evento para o nosso Estado é mostrar ao Brasil que esse povo tem voz e direitos. Por isso fizemos uma aliança nacional com diversas instituições e lideranças indígenas acreditando na sinergia para que possamos contribuir com resultados efetivos para a melhoria da qualidade de vida desse povo”, comenta o presidente do CRP14/MS, Carlos Afonso Marcondes Medeiros.

Os problemas de saúde mental nas populações indígenas, tanto individuais como coletivos, apresentam diversas complexidades para sua compreensão, assim como nas propostas de soluções. Estes problemas não são meramente biológicos ou apenas eventos psicológicos, eles são entendidos como eventos relacionados a fatores socioculturais e particularmente as questões sócio-históricas, na medida em que as condições de vida são colocadas em risco onde a situação da saúde/doença, e particularmente da saúde mental, são claras expressões do mal estar social.

Nesse sentido, observa-se que as políticas públicas ainda não têm uma aplicação plena na sociedade indígena e na sua diversidade de territórios onde habitam, isto é a precariedade ou limitação da disponibilidade dos serviços básicos, as dificuldades ou ausência das respostas por parte do Estado às necessidades essenciais que permitam uma perspectiva de vida completa no exercício de seus direitos.

SUICÍDIO INDÍGENA - Uma realidade preocupante nas comunidades indígenas que se alastra por todo o País também será debatida no evento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS/2002), as taxas de suicídio aumentaram significativamente entre os povos indígenas. A Academia Internacional de Pesquisa em Suicídio publicou em 2006 um conjunto de artigos sobre o fenômeno do suicídio nas populações indígenas, entre elas as do Brasil, apresentando algumas particularidades: a grande maioria é de indígenas jovens, o fenômeno tem um caráter epidêmico, apresentam as mesmas condições de risco como consumo de álcool e outras drogas, vivem em condições de pobreza, coexistem em um ambiente de violência.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 139 / 2013

Brasília, 06 de agosto de 2013.

V CONFERENCIA E SAÚDE INDÍGENA - Tudo o que for debatido na programação servirá de embasamento para a construção de documentos que serão encaminhados para V Conferencia e Saúde Indígena que será realizada em Brasília, de 26 a 30 de novembro de 2013, com o tema "Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada".

INSCRIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO E LANÇAMENTO DE LIVRO – A Comissão Organizadora do evento abre espaço para apresentação de trabalhos e lançamento de livros que contemplem a temática do evento. Os interessados devem submeter o conteúdo ao e-mail: política@crpms.org.br. Outras informações com Luisa Reyes no (67) 3384-4801.



Rede de Saberes promove Oficinas para a formação de acadêmicos indígenas
SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 05.08.2013

Campo Grande (MS) - O Programa Rede de Saberes, financiado pela Fundação Ford, promoveu nos dias 2 e 3 de agosto, três oficinas que trataram de temas que contribuem na formação de acadêmicos indígenas. O encontro teve o objetivo de sensibilizar e estimular estudos e debates entre os acadêmicos indígenas, suas comunidades e organizações sobre o papel dos conhecimentos tradicionais em sua formação profissional e a possibilidade de um diálogo intercultural entre os saberes indígenas e os saberes que aprendem em seus cursos. Esta articulação entre os diferentes conhecimentos visam contribuir na resolução das demandas e problemas contemporâneos que se apresentam aos povos indígenas.

Em Dourados, foram oferecidas duas oficinas. A oficina sobre Direito Indigenista abordou o processo histórico que promoveu a criação de legislações nacionais e internacionais específicas que regem as diferentes situações que envolvem os povos indígenas sob a perspectiva do respeito à grande diversidade sócio cultural que os diferenciam da sociedade envolvente. Paralelamente, na oficina que tratou da temática da Saúde, o destaque foi a discussão de como atender as comunidades indígenas, considerando os conhecimentos relacionados à promoção de bem estar acumulados pelas diferentes etnias existentes no País.

Em Aquidauana, onde foi tratada a temática relacionada às Ciências Agrárias, foram discutidos temas sobre como aproveitar e valorizar os conhecimentos que os povos indígenas dominam sobre aspectos relacionados à produção de alimentos, cuidado com a terra, segurança alimentar, articulando com os conhecimentos obtidos nas universidades, visando garantir a melhoria da qualidade de vida e bem estar das comunidades.

Além dos assessores externos, participaram das atividades acadêmicos das etnias Terena, Guarani, Kaiowá, Kinikinau, Kadiweu, Xavante e Bororo, representando a UEMS, UCDB, UFGD, UFMS e Unigran, e egressos da enfermagem e biologia da UEMS, que compartilharam conhecimentos e saberes, que conformam nova perspectiva na promoção da saúde, garantia de direitos e uso da terra mais adequado à atualidade. Para a professora Luciane Ouriques, que foi uma das assessoras nas discussões sobre saúde, estas oficinas "apontam para a formação de recursos humanos que respeitem as diferenças culturais, epidemiológicas, geográficas, e vejam os povos indígenas como parceiros" nas diversas áreas de conhecimento. Para a acadêmica Carolina, "a universidade deve ir até as aldeias e o povo indígena tem muito a oferecer sobre conhecimento em saúde".